



"Quão Dificil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 19/17

30 de Agosto de 2017



Organização Europeia de
Associações Militares

Será Apenas Memória Curta???

O final do mês de Agosto que se aproxima vertiginosamente e a perspectiva da "rentrée" da luta político-partidária, acentuada pela expectativa da realização de um acto eleitoral em 1 de Outubro próximo, faz com que apareçam nos diversos órgãos de comunicação social peças dignas de registo.

Lendo e vendo a imprensa diária ficamos a saber que o Presidente da República (e Comandante Supremo das Forças Armadas), foi de visita à Lituânia onde até descobriu a equipa de futebol mais portuguesa daquele país e, entre outros detalhes quicá de menor importância, tal como reunir com a presidente lituana, visitou o contingente de 140 militares portugueses que ali se encontram em missão.

Para além do almoço que com eles partilhou, e após algumas "selfies", esperamos que tenha explicado àqueles militares as razões que o levaram a promulgar, sem veto nem interrogações, legislação tão penalizadora para as suas carreiras, como por exemplo o Decreto-Lei n.º 3/2017 de 6 de Janeiro (*ver nosso Comunicado n.º 2/2017 de 6 de Janeiro – "Prenda Amarga em Dia de Réis!"*), que agravou o tratamento diferenciado entre militares, que os enclausurou num serviço e missão que não é nem pode ser uma "condenação".

Dando ainda como outro exemplo, a promulgação do Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas que, se nada for feito que o contrarie, entrará em vigor em 1 de Janeiro de 2018. Regulamento que vem descaracterizar os pilares fundamentais de uma instituição como as Forças Armadas em que, por exemplo, o primado da antiguidade deixa de ser uma referência. Regulamento em que a manipulação político-partidária na tentativa de partidarização das Forças Armadas se torna evidente. Regulamento em que os militares leais, corajosos e frontais, características dos militares que se prezam de o ser, deixam de ter lugar em detrimento do servilismo, da subserviência e da obediência cega, desde que tal agrade ao poder político vigente e assegure o carreirismo. Regulamento que, em conjugação com o EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas) que entrou em vigor em 1 de Julho de 2015, autoria do anterior governo PSD/CDS, em muito contribuirá para aprofundar a descaracterização da Condição Militar.

Esperamos que o Comandante Supremo das Forças Armadas tenha explicado porque o fez e, a tê-lo feito, se tenha desculpado perante aqueles que, dentro ou fora do País, estão disponíveis, com juramento feito, a dar a vida se necessário para defender a Constituição e as Leis que também lhes asseguram o cargo que detêm.

Que se tenha explicado a estes 140 militares já não seria mau de todo, uma vez que, internamente, não responde sequer aos insistentes pedidos de audiência por parte das associações profissionais de militares.

Em paralelo assistimos ao inacreditável espectáculo, que não acreditamos ser apenas motivado por memória curta, em que aqueles que mais delapidaram as Forças Armadas ao longo dos últimos quase 40 anos, pondo em causa a capacidade do cumprimento das missões, venham agora, como se não tivessem memória, questionar os efectivos, o treino, os equipamentos e as condições em que os militares participam nos combates aos incêndios florestais e em todas as vertentes do apoio às populações!

Se não fosse trágico, pelas consequências que bem conhecemos, seria no mínimo cómico, por virem de quem vêm! Aqueles que desde há décadas, instalados no que enganadoramente entenderam chamar de "arco da governação", com participação mais ou menos directa em sucessivos governos, conduziram as Forças Armadas ao estado exíguo em que se encontram, vêm agora questionar aquilo de que foram agentes principais!

Os Sargentos de Portugal, representados na sua associação de classe – a ANS – não têm memória curta! Sabem quem lhes faz o bem, mas também sabem, e não esquecem, de quem lhes faz o mal!

Queremos continuar a servir o País, de acordo com o compromisso assumido e o juramento feito perante a Bandeira Nacional e o Povo Português. Por isso vamos continuar a lutar para que se cumpram as Leis da República e se respeite a Constituição!

**A Direcção
30 de Agosto de 2017**